

1 Contexto operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 58,21% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“COMGÁS”); (ii) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e mercado europeu por meio do Stanbridge Group Limited, além de mercado europeu e asiático com a Marca Comma (“Moove”); e (iii) demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia (“Cosan outros negócios”).

A Companhia também possui participação indireta em duas companhias controladas em conjunto (“*joint ventures*” ou “JVs”): (i) Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”), no negócio de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”), no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mansilla Participações Ltda. (veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), também acionista das Companhias Radar e Radar II, vendendo parte de suas ações da Radar e Radar II pelo valor de R\$ 1.053.768 pago em 04 de novembro de 2016.

Em 23 de fevereiro de 2017, a TPG VI Fundo de Investimento em Participações (“TPG”) acionista da Rumo S.A. (“Rumo”), exerceu seu direito de permutar 11.479.987 ações de emissão da Rumo por ações de emissão da Companhia nos termos do acordo de acionistas firmado em 2010, posteriormente aditado, entre Cosan Logística, TPG VI Fundo de Investimento em Participações, GIF, Cosan Limited e a Companhia. A Companhia e a GIF acordaram em liquidar financeiramente a obrigação de substituição de ações, por meio de pagamento de R\$ 275.780 sendo que as ações recebidas foram avaliadas a valor justo no montante de R\$ 97.924 nas rubricas de “outros ativos financeiros”. A variação entre pagamento e valor justo das ações foi de R\$ 177.856 reconhecida na rubrica em “juros sobre outras obrigações” no resultado financeiro.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Certos montantes dos saldos comparativos, nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa, foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas, as principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar (US\$) ou a libra esterlina (GBP).

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 16 e 17 - Imobilizado e Intangível**

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 17.

A controlada COMGÁS possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura.

Sujeito a aprovação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações a serem apurados nessa época. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada COMGÁS durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), conforme divulgado na nota 17.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

- **Nota 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Outros ativos não circulantes**

Na controlada Comgás, os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada. Além disso, o fornecedor permite em cláusula contratual que haja recuperação do volume eventualmente acumulado pelo prazo de 365 dias após o término da vigência dos contratos. Sendo assim, atualmente há previsão de recuperar todo o volume ora acumulado uma vez que durante o período de recuperação previsto no contrato não incorrerão novos acúmulos referente aos compromissos mínimos contratados para este período. Dada a natureza recuperável deste estoque, os montantes pagos e não utilizados são reconhecidos no ativo na rubrica "Transporte não utilizado".

- **Nota 31 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 32 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

- **Nota 33 - Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas por meio de ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 33.

- **Nota 23 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em outras despesas operacionais, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimável com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

- **Nota 15 - Investimento nas controladas em conjunto**

A Companhia detém 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis são sociedades cuja forma legal faz uma separação entre as partes do acordo conjunto e a própria Companhia. Além disso, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às partes do acordo, direitos aos ativos líquidos da sociedade. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais IFRS, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 32.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia, e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

	Participação direta e indireta	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas		
Comma Oil Chemicals	100,00%	100,00%
Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS ⁽ⁱ⁾	79,87%	62,66%
Cosan Biomassa S.A. ^{(ii) 1 (iii)}	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Airport Energy Limited ^(iv)	100,00%	-
Airport Energy Services Limited ^(iv)	100,00%	-
Wessesx Petroleum Limited ^(iv)	100,00%	-
Stanbridge Group Limited ^(iv)	100,00%	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produtos Químicos	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%

- i. Em de 30 de junho de 2017, a Companhia aumentou sua participação para 63,11% na COMGAS devido ao aumento de capital oriundo de utilização parcial de benefício fiscal de ágio conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 20 de abril de 2017 da controlada COMGAS. Como consequência foi reconhecido uma perda no patrimônio líquido no montante total de R\$ 6.690.

Em 12 de dezembro a Companhia adquiriu 21.805.645 ações ordinárias da Comgás, no qual representa 16,77% do capital social, decorrentes do exercício da opção de venda entre Cosan Limited e a Shell, pelo montante de R\$ 1.041.960 no qual gerou um aumento no investimento dessa controlada. Houve uma saída de caixa no montante de R\$ 833.306 à Cosan Limited e foi reconhecido no contas a pagar referente à segunda parcela a ser liquidado no aniversário de um ano do fechamento da operação no montante de R\$ 208.650 acrescido a taxa de juros de 3%a.a.. Como consequência foi reconhecido uma perda no patrimônio líquido no montante total de R\$ 264.997 apurada pela diferença entre o valor patrimonial versus o valor de mercado e uma redução na participação de acionistas não controladores no montante total de R\$ 780.126. O preço da Aquisição representa integralmente o valor econômico da transação entre a Cosan Limited e a Shell.

Com isso, a Cosan S.A. aumentou sua participação direta no capital social da Comgás de 63,11% para 79,87%.

- ii. A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o compromisso (*Put Option*) previsto no acordo de acionista, de recompra de participações de acionistas não controladores.
- iii. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade das subsidiárias. Apesar de apresentarem em 31 de dezembro de 2017 um montante combinado de passivo a descoberto de R\$ 92.823 (Nota 14), não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com o suporte financeiro da Companhia.
- iv. Participação adquirida nas empresas durante o exercício de 2017, conforme detalhamento na nota de combinação de negócios (Nota 5).

(a) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

(b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(c) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(d) Investimento em controladas em conjunto

A Companhia tem participação em *Joint Ventures*, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômicas das entidades. O acordo exige unanimidade para as decisões financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas *Joint Ventures*, utilizando o método de equivalência patrimonial (nota 15).

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

(c) Conversão das demonstrações financeiras das controladas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,3080 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017, R\$ 3,2591 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes e recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

(b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, exceto a contraprestação contingente, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, e fornecedores e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- (i) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- (ii) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- (iii) o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

(ii) Hedges de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Derivativos embutidos

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualifica como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.5 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- (i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- (iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

3.6 Intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma atualização é realizada por meio de resultado de equivalência patrimonial.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

(e) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(f) Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por: (i) direito de concessão reconhecido quando da combinação de negócios da COMGÁS, cuja amortização leva em consideração prazo remanescente da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de distribuição por mais 20 anos; e (ii) ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados refletindo o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999 com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a controlada tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extinta a concessão, a Companhia tem o direito de solicitar a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

3.7 *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(a) **Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(b) **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão, diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(c) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 *Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado.

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

3.10 Receita

(a) Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades são medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, quando as vendas são reconhecidas.

(b) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência histórica anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(iii) Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do resultado pelo estágio de acabamento da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos no custo de linha de vendas na demonstração do resultado consolidado.

3.11 Subvenção e assistência governamentais

Subvenção e assistência governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

(a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.13 *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.14 *Impostos e contribuições*

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- (i) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- (ii) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- (iii) diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas vigentes na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa

- **Apresentação de juros e dividendos**

- (i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas controladas.
- (ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9

A Companhia estimou o impacto da adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018, na qual se baseia em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre essas novas normas e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Os principais componentes do ajuste estimado são os seguintes:

- i. reconhecimento de custos incrementais para obtenção de contrato e contraprestação a pagar de cliente; e
- ii. perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

b) CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes:

- i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda seja a única obrigação de execução, a adoção do CPC 47 / IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

A Companhia atua na produção e distribuição de lubrificantes das marcas Mobil e Comma, produção e comercialização de *pellets* de biomassa. Os produtos são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes e em conjuntos, como um pacote de bens e/ou serviços.

Alguns contratos de venda de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços, entretanto, os bens e serviços são claramente distintos e discriminados no contexto dos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle das respectivas mercadorias e serviços for transferido ao cliente. Embora a IFRS 15 requeira que o preço da transação seja alocado às diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, a Administração não espera que a alocação de receitas a venda de lubrificantes e aos serviços prestados sejam significativamente diferentes da atualmente praticada, uma vez que essas receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente.

ii. Serviços prestados

A Companhia presta serviços de distribuição de gás por meio da subsidiária Comgás. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação da CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

iii. Outros efeitos

a) Contraprestação a pagar ao cliente

Alguns contratos apresentam características de contraprestação a pagar ao cliente, que inclui valores à vista a serem pagas aos clientes sempre que o volume de produtos adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a política contábil vigente, essa contraprestação é reconhecida como despesa de venda. Todavia, o CPC 47 / IFRS 15 enfatiza que a contraprestação a pagar ao cliente seja uma redução do preço da transação e, portanto, das receitas.

b) Custo incremental para obtenção de contrato

A Companhia identificou certos contratos de vendas de lubrificantes que possuem cláusulas de comissões que estão em avaliação se enquadram como custos incrementais para sua obtenção e que são expressamente cobráveis do cliente. Na avaliação da Companhia, quando o CPC 47 / IFRS 15 for adotado, alguns contratos poderão ser reconhecidos como ativo referente aos custos incrementais para obtenção de contrato com cliente e amortizado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Foi reconhecido como despesa no exercício de 2017 o montante de R\$ 39.275 referente as comissões de vendas.

A Companhia vinha apresentando os gastos relacionados aos contratos como despesas de vendas.

c) Alienação de ativos não financeiros

As exigências de reconhecimento e mensuração no CPC 47 / IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não há expectativa de que o efeito dessas mudanças seja material para a Companhia.

iv. Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação no CPC 47 / IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação do CPC 47 / IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas explicativas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Além disso, conforme exigido pelo CPC 47 / IFRS 15, a Companhia desagregará as receitas reconhecidas de contratos com clientes em possuir componentes de venda de bens e serviços. Em 2017, a Companhia continuou a testar os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias.

v. Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47 / IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a versão final do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros que substitui o CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do CPC 38 / IAS 39. O CPC 48 / IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O CPC 48 / IFRS 9 é efetivo para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, sem permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do CPC 48 / IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará o CPC 48 / IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 / IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

A Companhia avaliou os impactos dos ganhos e perdas dos passivos financeiros atribuídos ao risco dela própria e não identificou desvios que resultará em uma contabilização no resultado abrangente.

ii. Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. No entanto, a Companhia adotou a abordagem simplificada e mensurará as perdas de crédito esperadas para a vida inteira em razão do contas a receber de clientes e ativos contratuais não apresentarem um componente de financiamento significativo. A provisão será determinada pela aplicação de percentual de perdas esperadas sobre os ativos financeiros para os créditos vencidos e a vencer que poderá impactar o montante de despesa de provisão para perdas.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, observando as condições atuais e a previsão de condições econômicas futuras.

A Companhia detém investimentos em instrumentos de dívida classificados como Título e Valores Mobiliários, que fazem parte de cotas de fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado. Portanto, nenhuma análise de risco de crédito desses ativos é necessária.

iii. *Hedge accounting*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas em relações de *hedge* efetivas continuarão a ser qualificadas para *hedge accounting* de acordo com o CPC 38 / IAS 39. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente o CPC 48 / IFRS 9 na transição para os *hedges* onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Como o CPC 48 / IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por *hedges* efetivas, a aplicação dos requisitos de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção do CPC 48 / IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos, ativos detidos para venda e passivos associados a eles, investimentos em associadas e *joint ventures*, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

c) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representar o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 altera de maneira substancial as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com os CPCs / IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a controlada Comgás reconhecerá novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de aluguel de imóveis. Na controlada em conjunto Raízen, são esperado impactos relevantes nos contratos de arrendamentos de terras. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois o CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- i. Abordagem retrospectiva; ou
- ii. Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

d) ICPC 21/ IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos

O ICPC 21 / IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação”, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida).

A Interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Interpretação requer que a Companhia determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada.

A Interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração não prevê que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não há outras normas CPCs / IFRS ou interpretações ICPC / IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Combinação de negócios

Em 31 de outubro de 2017, a Cosan, por meio de sua controlada indireta Comma Oil (“Comma”), adquiriu o controle integral da empresa *Stanbridge Group Limited* pelo montante de preliminar £ 46.522, equivalente a R\$ 204.767, sendo que £ 33.259, equivalente a R\$ 144.354 foram liquidados em caixa nesse mesmo dia e o remanescente a ser liquidado quando atendidas algumas condições contratuais ou pela possível revisão no preço de compra.

A *Stanbridge Group Limited* está localizada na Inglaterra, e atua na fabricação e comercialização de produtos químicos automotivos, inclusive lubrificantes, por meio de canais específicos no continente Europeu e Asiático.

(a) Contraprestação transferida

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou £ 46.522, equivalente a 204.767.

Caixa	144.354
Contraprestação contingente	60.413
Total da contraprestação transferida	204.767

(b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

Contas a receber de clientes	69.228
Estoques	31.933
Outros ativos	20.685
Imobilizado	20.603
Intangível	9.299
Fornecedores	(83.760)
Partes relacionadas	(1.668)
Outros passivos	(25.082)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.324)
Total líquido dos ativos adquiridos	39.914

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração preliminar de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas a mensuração dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação preliminar.

O contas a receber adquirido de R\$ 69.228 está líquido de provisão de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 112.

Foram identificados os seguintes contratos no qual o ágio preliminar pode ser alocado e reconhecido no intangível pelo seu valor justo (a) acordo de fornecimento de serviços para entrega de combustível terrestre; (b) acordo para gerenciamento de combustível de veículos e (c) acordo para distribuição de lubrificantes. A Administração ainda não concluiu os fluxos de caixas dos contratos para alocar o ágio preliminar.

Os custos relacionados à aquisição foram registrados em “outras despesas operacionais” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 2.145

A demonstração consolidada do resultado inclui, desde a data de aquisição – 31 de outubro de 2017, receita líquida de R\$ 147.119 e lucro de R\$ 3.459, gerado pela Stanbridge e suas controladas.

Se a *Stanbridge Group Limited* tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentaria uma receita líquida de R\$ 749.026 e lucro de R\$ 14.708.

Não houve mensuração dos acionistas não controladores, uma vez que houve aquisição de 100% do controle.

(c) Ágio preliminar

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou R\$ 176.540, que consistiu no seguinte:

Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido ⁽ⁱ⁾	176.540
Total líquido dos ativos adquiridos a valor justo	39.914
Ágio preliminar	136.626

⁽ⁱ⁾ Efeito caixa da contraprestação transferida R\$ 116.514

6 Informação por segmento

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Administração para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no EBITDA. A conciliação do EBITDA para o lucro (prejuízo) do período é apresentada a seguir.

Segmentos reportados

- (i) Raízen Energia: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias;
- (ii) Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos franqueados sob a marca “Shell” no Brasil;
- (iii) COMGÁS: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração;
- (iv) Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai e mercado europeu por meio do Stanbridge Group Limited, além de mercado europeu e asiático com a marca Comma; e

Conciliação

- (i) Corporativo: demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia. Os outros segmentos de negócio incluem subsidiárias responsáveis pela captação de empréstimos para o grupo.

Embora Raízen Energia e Raízen Combustíveis sejam investimentos contabilizados por meio de equivalência patrimonial em controladas em conjunto e já não são proporcionalmente consolidados desde a adoção do CPC 19, a Administração continua a avaliar suas informações como um segmento. Uma conciliação destes segmentos é apresentada na coluna “desconsolidação CPC 19”.

A seguir estão apresentadas as informações do resultado e dos ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

31/12/2017

	Segmentos reportados				Reconciliação			
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado do exercício:								
Receita operacional líquida	13.152.678	72.789.148	5.537.857	2.129.522	3.441	(85.941.826)	(43)	7.670.777
Mercado interno	6.995.061	72.789.148	5.537.857	1.543.758	3.441	(79.784.209)	(43)	7.085.013
Mercado externo	6.157.617	-	-	585.764	-	(6.157.617)	-	585.764
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.907.652)	(68.875.292)	(3.492.375)	(1.545.657)	(7.896)	79.782.944	43	(5.045.884)
Lucro bruto	2.245.026	3.913.856	2.045.482	583.865	(4.454)	(6.158.882)	-	2.624.893
Despesas de vendas	(803.157)	(1.345.847)	(652.901)	(386.705)	(211)	2.149.004	-	(1.039.817)
Despesas gerais e administrativas	(618.064)	(455.743)	(344.990)	(94.002)	(158.438)	1.073.807	-	(597.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(107.953)	312.187	(26.422)	(3.679)	911.084	(204.234)	-	880.983
Resultado Financeiro	129	(359.767)	(225.541)	(54.370)	(618.483)	359.638	-	(898.394)
Despesas financeiras	(905.213)	(251.038)	(623.924)	(46.250)	(1.058.126)	1.156.251	-	(1.728.300)
Receitas financeiras	681.362	134.904	398.758	17.805	312.035	(816.266)	-	728.598
Variação cambial	(54.866)	(105.513)	(11.501)	(7.478)	(62.222)	160.379	-	(81.201)
Derivativos	278.846	(138.120)	11.126	(18.447)	189.830	(140.726)	-	182.509
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(54.544)	-	-	(7.665)	402.349	54.544	(381.754)	12.930
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	985.090	-	-	985.090
Imposto de renda e contribuição social	(78.937)	(615.806)	(235.972)	(20.141)	(201.612)	694.743	-	(457.725)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Lucro (prejuízo) atribuído aos:								
Acionistas controladores	582.500	1.389.260	364.451	17.303	1.315.325	(1.971.760)	(381.754)	1.315.325
Acionistas não controladores	-	59.620	195.205	-	-	(59.620)	-	195.205
	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
EBITDA	2.792.396	3.060.373	1.517.924	174.712	2.152.454	(5.852.769)	(381.754)	3.463.336
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.226.162	853.975	352.958	48.612	6.919	(3.080.137)	-	408.489
Reconciliação EBITDA:								
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	582.500	1.448.880	559.656	17.303	1.315.325	(2.031.380)	(381.754)	1.510.530
Impostos de renda e contribuição social	78.937	615.806	235.972	20.141	201.612	(694.743)	-	457.725
Resultado financeiro	(129)	359.767	225.541	54.370	618.483	(359.638)	-	898.394
Depreciação e amortização	2.131.088	635.920	496.755	82.898	17.034	(2.767.008)	-	596.687
EBITDA	2.792.396	3.060.373	1.517.924	174.712	2.152.454	(5.852.769)	(381.754)	3.463.336

31/12/2016

	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado do exercício:									
Receita operacional líquida	13.133.737	68.143.047	5.657.246	-	1.883.674	873	(81.276.784)	-	7.541.793
Mercado interno	6.106.330	68.143.047	5.657.246	-	1.447.794	873	(74.249.377)	-	7.105.913
Mercado externo	7.027.407	-	-	-	435.880	-	(7.027.407)	-	435.880
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.967.530)	(64.445.939)	(3.174.134)	-	(1.398.751)	(13.666)	74.413.469	-	(4.586.552)
Lucro bruto	3.166.207	3.697.108	2.483.112	-	484.923	(12.794)	(6.863.315)	-	2.955.241
Despesas de vendas	(732.680)	(1.303.338)	(670.557)	-	(362.045)	(291)	2.036.018	-	(1.032.893)
Despesas gerais e administrativas	(567.400)	(447.762)	(332.349)	-	(72.567)	(165.549)	1.015.162	-	(570.465)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(15.249)	844.257	(26.437)	-	7.523	(96.849)	(829.008)	-	(115.763)
Resultado Financeiro	531.049	(584.487)	(263.169)	-	(77.301)	(967.399)	53.438	-	(1.307.869)
Despesas financeiras	(918.912)	(273.874)	(730.422)	-	(49.102)	(940.841)	1.192.786	-	(1.720.365)
Receitas financeiras	653.670	233.453	466.646	-	4.928	328.338	(887.123)	-	799.912
Variação cambial	(57.951)	750.939	223.943	-	47.288	730.350	(692.988)	-	1.001.581
Derivativos	854.242	(1.295.005)	(223.336)	-	(80.415)	(1.085.246)	440.763	-	(1.388.997)
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(68.641)	(310)	-	-	(9.755)	474.586	68.951	(477.651)	(12.820)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	1.570.132	-	-	1.570.132
Imposto de renda e contribuição social	(658.860)	(673.099)	(369.966)	-	(553)	310.305	1.331.959	-	(60.214)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas, líquidas de impostos	-	-	-	69.261	-	(76.057)	-	(28.466)	(35.262)
Lucro (prejuízo) atribuído aos:									
Acionistas controladores	1.654.338	1.476.244	514.228	21.664	(29.775)	1.036.084	(3.130.582)	(506.117)	1.036.084
Acionistas não controladores	88	56.125	306.406	47.597	-	-	(56.213)	-	354.003
	1.654.426	1.532.369	820.634	69.261	(29.775)	1.036.084	(3.186.795)	(506.117)	1.390.087
Outras informações selecionadas:									
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.746
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.001.509	797.009	438.366	-	41.557	11.356	(2.798.518)	-	491.279
Reconciliação EBITDA:									
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349
Impostos de renda e contribuição social	658.860	673.099	369.966	-	553	(310.305)	(1.331.959)	-	60.214
Resultado financeiro	(531.049)	584.487	263.169	-	77.301	967.399	(53.438)	-	1.307.869
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.746

31/12/2017

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados				Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.069.357	1.221.890	1.727.521	192.115	1.230.692	(3.291.247)	-	3.150.328
Títulos e valores mobiliários	-	-	509.544	5.439	185.052	-	-	700.035
Contas a receber de clientes	688.235	2.679.114	640.682	310.006	13	(3.367.349)	-	950.701
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	453.775	88.496	458.476	2.581	591.048	(542.271)	-	1.052.105
Estoques	2.804.223	2.416.833	76.548	301.850	2.372	(5.221.056)	-	380.770
Outros ativos financeiros	476.181	-	-	-	1.686.718	(476.181)	-	1.686.718
Outros ativos circulantes	2.114.733	1.406.945	155.815	98.419	498.610	(3.521.678)	(126.172)	626.672
Outros ativos não circulantes	3.373.565	1.335.986	356.962	70.055	1.096.024	(4.709.551)	(1.231)	1.521.810
Investimentos em associadas	348.523	-	-	12.113	4.716.900	(348.523)	(4.469.601)	259.412
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.447.799	-	-	8.447.799
Ativos biológicos	880.668	-	-	-	-	(880.668)	-	-
Imobilizado	10.753.205	2.329.858	-	270.229	142.096	(13.083.063)	-	412.325
Intangíveis	3.669.903	4.600.777	8.471.087	873.924	5.587	(8.270.680)	-	9.350.598
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.853.768)	(2.741.312)	(4.212.504)	(589.292)	(4.873.198)	13.595.080	-	(9.674.994)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(250.033)	(218.888)	-	(8.293)	(106.238)	468.921	-	(114.531)
Fornecedores	(1.341.867)	(2.124.538)	(1.444.835)	(353.474)	(7.076)	3.466.405	-	(1.805.385)
Ordenados e salários a pagar	(356.155)	(94.158)	(59.059)	(34.125)	(30.833)	450.313	-	(124.017)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.442.679)	-	-	(1.442.679)
Outras contas a pagar circulantes	(1.412.872)	(1.387.037)	(358.430)	(237.302)	(981.149)	2.799.909	127.404	(1.449.477)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.345.322)	(4.392.359)	(1.782.718)	(212.710)	(1.715.068)	5.737.681	79.570	(3.630.926)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.072.351	5.121.607	4.539.089	701.535	9.446.670	(17.193.958)	(4.390.030)	10.297.264
Ativo total	27.632.368	16.079.899	12.396.635	2.136.731	18.602.911	(43.712.267)	(4.597.004)	28.539.273
Patrimônio líquido atribuível aos:								
Acionistas controladores	12.073.314	4.888.966	4.539.089	701.535	9.446.670	(16.962.280)	(5.240.625)	9.446.669
Acionistas não controladores	(963)	232.641	-	-	-	(231.678)	850.595	850.595
Total do patrimônio líquido	12.072.351	5.121.607	4.539.089	701.535	9.446.670	(17.193.958)	(4.390.030)	10.297.264

31/12/2016

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados				Reconciliação			Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Moove	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.787.588	757.140	2.108.253	203.855	1.678.822	(3.544.728)	-	3.990.930
Títulos e valores mobiliários	-	-	202.568	10.958	157.641	-	-	371.167
Contas a receber de clientes	682.813	2.518.713	513.423	240.059	487	(3.201.526)	-	753.969
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	1.243.260	178.060	437.137	-	310.274	(1.421.320)	-	747.411
Estoques	2.293.492	2.108.825	114.745	228.941	2.487	(4.402.317)	-	346.173
Outros ativos financeiros	711.453	-	-	-	70.487	(711.453)	-	70.487
Outros ativos circulantes	3.030.674	1.456.418	80.758	141.972	650.979	(4.487.092)	(79.848)	793.861
Outros ativos não circulantes	2.852.423	1.089.809	307.306	26.036	1.436.626	(3.942.232)	(8.111)	1.761.857
Investimentos em associadas	393.159	-	-	19.400	4.395.769	(393.159)	(4.175.069)	240.100
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.506.395	-	-	8.506.395
Ativos biológicos	1.119.623	-	-	-	-	(1.119.623)	-	-
Imobilizado	10.525.166	2.379.438	-	238.346	150.983	(12.904.604)	-	389.329
Intangíveis	3.224.303	4.532.282	8.550.984	770.118	7.048	(7.756.585)	-	9.328.150
Empréstimos e financiamentos	(11.556.950)	(1.043.995)	(4.070.075)	(471.661)	(4.596.393)	12.600.945	-	(9.138.129)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(789.193)	(648.070)	-	(35.155)	(248.386)	1.437.263	-	(283.541)
Fornecedores	(1.147.089)	(1.148.013)	(1.226.634)	(232.690)	(8.246)	2.295.102	-	(1.467.570)
Ordenados e salários a pagar	(314.989)	(92.573)	(63.904)	(30.187)	(26.918)	407.562	-	(121.009)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.769.427)	-	-	(1.769.427)
Outras contas a pagar circulantes	(1.507.193)	(2.245.227)	(211.900)	(168.995)	(369.298)	3.752.420	87.958	(662.235)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.367.686)	(4.714.035)	(1.549.441)	(132.414)	(1.383.724)	6.081.721	-	(3.065.579)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	(4.175.070)	10.792.339
Ativo total	28.863.954	15.020.685	12.315.174	1.879.685	17.367.998	(43.884.639)	(4.263.028)	27.299.829
Patrimônio líquido atribuível aos:								
Acionistas controladores	12.181.816	4.941.504	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.123.320)	(6.001.803)	8.965.606
Acionistas não controladores	(962)	187.268	-	-	-	(186.306)	1.826.733	1.826.733
Total do patrimônio líquido	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	(4.175.070)	10.792.339

Receita líquida de vendas, por segmento:

	31/12/2017	31/12/2016
Segmento reportado		
Raízen Energia		
Etanol	6.550.652	6.480.409
Açúcar	5.377.351	5.794.771
Cogeração	884.300	520.468
Outros	340.375	338.089
	13.152.678	13.133.737
Raízen Combustíveis		
Combustível	72.789.148	68.143.047
	72.789.148	68.143.047
COMGÁS		
Industrial	3.494.396	3.640.920
Residencial	849.723	793.336
Termogeração	-	116.418
Cogeração	229.716	216.032
Automotivo	224.203	205.986
Comercial	320.049	238.390
Receita de construção	351.193	339.025
Outros	68.578	107.139
	5.537.857	5.657.246
Moove		
Produto acabado	1.876.935	1.642.899
Óleo básico	220.515	219.092
Outros	32.071	21.683
	2.129.521	1.883.674
Reconciliação		
Cosan Corporativo		
Outros	3.442	873
	3.442	873
Desconsolidação de controladas em conjunto/Eliminações	(85.941.869)	(81.276.784)
Total	7.670.777	7.541.793

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	393	525	43.893	53.654
Conta remunerada	-	-	901.706	409.333
Aplicações financeiras	143.612	1.066.405	2.204.729	3.527.943
	144.005	1.066.930	3.150.328	3.990.930

As aplicações financeiras estão conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	113.520	944.626	1.472.683	2.840.760
Certificado de depósitos bancários - CDB	29.092	120.755	377.137	363.147
	142.612	1.065.381	1.849.820	3.203.907
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	2.800	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	351.109	323.036
Outras	1.000	1.024	1.000	1.000
	1.000	1.024	354.909	324.036
	143.612	1.066.405	2.204.729	3.527.943

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	54.079	123.399	700.035	371.167
	54.079	123.399	700.035	371.167

⁽ⁱ⁾ Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	1.026.075	813.727
Mercado externo	14.895	11.942
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.269)	(71.700)
	950.701	753.969
Circulante	918.423	713.468
Não circulante	32.278	40.501

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	834.537	697.981
Vencidas		
Até 30 dias	77.716	44.093
De 31 a 60 dias	11.344	11.993
De 61 a 90 dias	8.115	3.843
Mais de 90 dias	109.258	67.759
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.269)	(71.700)
	950.701	753.969

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(46.719)
Adições	(30.448)
Reversões	5.467
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(71.700)
Adições	(18.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(90.269)

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	298.860	223.608
Estoque de materiais para construção	53.213	73.527
Almoxarifado e outros	28.697	49.038
	380.770	346.173

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 12.681 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.593 em 31 de dezembro de 2016).

11 Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Crédito tributário	38.926	36.708	38.926	36.708
COFINS	3.698	3.720	31.454	20.876
ICMS	-	-	98.956	90.667
ICMS CIAP	-	-	10.169	11.486
PIS	-	-	5.887	2.795
Outros	6	29	13.545	11.318
	42.630	40.457	198.937	173.850
Circulante	3.704	3.749	118.174	94.806
Não circulante	38.926	36.708	80.763	79.044

12 Outros ativos financeiros

O saldo de Outros ativos financeiro é composto de seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Investimento em ações da Rumo S.A	346.718	70.487
Cessão de direitos creditórios	1.340.000	-
	1.686.718	70.487

• Investimento em ações da Rumo S.A

Em 22 de abril de 2016 e 23 de fevereiro de 2017, a GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações (“GIF”) e TPG VI Fundo de Investimento em Participações (“TPG”), ambas acionistas da Rumo Operadora Multimodal S.A (“Rumo”), exerceram seus direitos de permutar 11.479.987 e 11.479.987 ações, respectivamente, de emissão da Rumo por ações de emissão da Companhia nos termos do acordo de acionistas firmado em 2010.

A Companhia e os fundos concordaram em liquidar financeiramente a operação, logo a Companhia passou a ter uma participação societária de 22.959.974 ações de emissão da Rumo. Adicionalmente em 10 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu 3.772.300 novas ações da empresa Rumo acompanhando o seu aumento de capital, num montante de R\$ 47.908.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui 26.732.274 ações, representando 1,71% do total de ações da Rumo S.A., ao valor de mercado de 12,97, onde utiliza a metodologia de mensuração ao valor justo e não o método de equivalência patrimonial (Nota 2.3 – Mensuração do valor justo)

• Cessão de direitos creditórios

A Companhia mantinha registrado direitos creditórios no montante R\$ 426.438 na linha de outros ativos e os respectivos honorários advocatícios no montante de R\$ 51.173 na linha de outros passivos. No ano de 2017, por atender os requerimentos da política contábil, foi reconhecido na rubrica de outras receitas o direito creditório no montante líquido de tributos de R\$ 306.151, com impacto nas demonstrações de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia tinha ações indenizatórias adicionais às mencionadas acima, as quais por não serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Em 21 de dezembro de 2017 houve cessão dos direitos creditórios referentes aos ativos registrados no balanço e também parte do ativo contingente a terceiro no montante de R\$ 1.340.000 (“preço de aquisição”), decorrente de determinadas ações indenizatórias, visando à condenação da União em decorrência da fixação de preços do açúcar e do álcool abaixo do seu custo de produção. Além do preço de aquisição, a Companhia fará jus a pagamentos adicionais referentes a esses direitos creditórios, desde que seu resultado seja positivo. O pagamento adicional será apurado pela aplicação de 95% sobre a diferença entre o valor líquido recebido dos direitos creditórios da União pelo cessionário menos o retorno dos cessionários e reconhecido nos resultados somente quando do recebimento.

Em decorrência da cessão dos direitos creditórios tivemos os seguintes impactos:

- (a) Desconto financeiro reconhecido na rubrica de despesas financeiras no montante de R\$ 251.648 decorrentes da cessão desses direitos pelo montante de R\$ 460.974 contra o montante de ativos reconhecidos anteriormente no montante de R\$ 712.622;
- (b) Ganho na venda de ativo contingente líquido dos tributos e obrigações no montante de R\$ 733.815 com impacto na rubrica de outras receitas e demonstrações de fluxo de caixa.

13 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	13.937	10.638	15.876	11.958
Rumo S.A.	4.200	17.406	7.379	19.219
Aguassanta Participações S.A.	17	6.342	17	6.342
Cosan Biomassa S.A.	4.939	2.330	-	-
Cosan Limited	4.207	819	4.207	819
Cosan Lubrificantes e Especialidades	3.543	803	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	7	-	517
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	11	1	1.063	1.213
Outros	717	490	927	517
	31.571	38.836	29.469	40.585
Operações financeiras				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	-	9.672	-	9.672
Cosan Limited	-	-	26.128	-
	-	9.672	26.128	9.672
	31.571	48.508	55.597	50.257
Ativo não circulante				
Ações preferenciais / AFAC				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	87.969	114.473	87.969	114.473
Janus Brasil Participações S.A.	30.423	28.705	30.423	28.705
	118.392	143.178	118.392	143.178
Operações financeiras e societárias				
Rezende Barbosa ⁽ⁱⁱ⁾	31.444	38.944	31.444	38.944
Cosan Limited	-	-	-	25.113
Outros	8.819	7.846	1.833	1.618
	40.263	46.790	33.277	65.675
	158.655	189.968	151.669	208.853
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	167.487	128.398	176.989	141.594
Cosan Lubrificantes e Especialidades	16	86.148	-	-
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	8.849	8.232	9.813	7.473
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	516	-	516
Aguassanta Participações S.A.	337	-	337	-
Rumo S.A.	850	439	950	524
	177.539	223.733	188.089	150.107
Operações financeiras e societárias				
Cosan Limited ⁽ⁱⁱⁱ⁾	210.497	-	210.497	-
Cosan Overseas Limited	21.375	21.059	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	61.292	62.014	-	-
	293.164	83.073	210.497	-
	470.703	306.806	398.586	150.107
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Cosan Luxembourg S.A.	1.797.898	2.231.663	-	-
Cosan Overseas Limited	1.665.578	1.640.956	-	-
	3.463.476	3.872.619	-	-

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesa compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	330	388
Rumo S.A	11.300	9.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	2.254
Cosan Biomassa S.A.	2.600	2.075
Cosan Lubrificantes e Especialidades	7.270	8.368
Raízen Energia S.A.	(4.702)	(3.855)
Outros	245	-
	17.043	19.100
Resultado financeiro		
Cosan Limited	(1.813)	(162)
Cosan Luxembourg S.A.	72.562	364.151
Pasadena Empreendimento Participação S.A.	573	706
Cosan Overseas Limited	(156.744)	184.915
Raízen Energia S.A.	7.727	2.441
Outros	(378)	(223)
	(78.073)	551.828
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional		
Raízen Combustíveis S.A	12.784	12.732
Raízen Energia S.A.	21.986	27.757
Rumo S.A	34.663	38.209
	69.433	78.698
Compra de produtos / insumos		
Raízen Energia S.A.	(1.414)	(1.391)
Raízen Combustíveis S.A.	(4)	(3)
	(1.418)	(1.394)
Operação descontinuada		
Raízen Energia S.A	67	57.007
	67	57.007
Despesa compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	330	388
Rumo S.A	11.300	9.870
Raízen Energia S.A.	(44.289)	(43.261)
Outros	244	260
	(32.415)	(32.743)
Resultado financeiro		
Cosan Limited	(1.195)	369
Raízen Energia S.A.	7.727	2.441
Outros	(378)	(182)
	6.154	2.628

No decorrer dos exercícios apresentados, não foram registradas quaisquer perdas para crédito de liquidação duvidosa nas operações comerciais da Companhia com suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto.

(i) Raízen Energia e Raízen Combustíveis

Os saldos a receber da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis registrados como ativo não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão devolvidos por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados. Os saldos registrados como passivo circulante representam recobranças referente a despesas pagas pelas Raízen de responsabilidade da Companhia.

(ii) **Grupo Rezende Barbosa**

A Companhia possui recebíveis junto ao Grupo Rezende Barbosa com natureza de créditos concedidos antes da aquisição de negócios. Estes recebíveis são garantidos por ações de emissão da Companhia.

(iii) **Cosan Limited (CZZ)**

Reconhecimento da parcela e atualização monetária referente a operação de compra de ações da Comgás, a ser liquidada no aniversário de um ano do fechamento da operação (Nota 3.1).

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado, como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	53.716	50.846
Benefícios pós-emprego	609	561
Outros benefícios de longo prazo	664	533
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	589	2.367
Transações com pagamentos baseados em ações	9.203	8.369
	64.781	62.676

14 Investimentos em associadas e investimentos com passivo a descoberto

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Aquisição de participação	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Reclassificação passivo descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	130.038.279	103.866.524	79,87%	79,87%	3.366.488	364.544	780.126	(12.422)	(770.459)	-	(39.784)	-	3.688.493
Cosan Global	1	1	100,00%	100,00%	94.314	181	-	-	-	-	-	-	94.495
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	1.503	-	-	-	-	-	-	(1.503)	-
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%	6.146.924	1.016.102	-	204.064	(587.475)	-	(444.177)	-	6.335.438
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	32.307	41	-	-	-	-	-	(32.348)	-
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%	322.308	(204.314)	-	-	-	-	-	-	117.994
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	24.920.708	51,00%	3,00%	30.537	1.704	-	46	(1.160)	-	-	-	31.127
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.735.703	531.125	51,00%	2,51%	55.148	3.128	-	232	(975)	-	-	-	57.533
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	97.002	4.972	-	-	(3.251)	-	-	-	98.723
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%	-	-	-	-	-	-	-	4.389	4.389
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51,00%	5,00%	33.998	3.014	-	3.181	(1.840)	13.073	-	-	51.426
Outros	-	-	-	-	(14.566)	(775)	-	523	-	-	-	47.769	32.951
Total investimento em associadas					10.165.963	1.188.597	780.126	195.624	(1.365.160)	13.073	(483.961)	18.307	10.512.569
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	-	(46.566)	-	-	-	39.044	(1.158)	1.502	(7.178)
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33,33%	33,33%	-	8.979	-	-	-	1.433	(6.023)	(4.389)	-
Cosan Lubes Investiment	6.300.001	6.300.001	100,00%	100,00%	-	(439)	-	(23.389)	-	-	-	(47.769)	(71.597)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	-	(39.049)	-	(1.273)	-	-	-	32.348	(7.974)
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	32.752.251	32.751.751	99,99%	99,99%	-	(1.679)	-	(174)	-	-	(4.221)	-	(6.074)
Total investimento passivo descoberto					-	(78.754)	-	(24.836)	-	40.477	(11.402)	(18.308)	(92.823)
Total					10.165.963	1.109.843	780.126	170.788	(1.365.160)	53.550	(495.363)	(1)	10.419.746

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Resultado de equivalência de operação descontinuada	Alienação de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	127.313.301	79.777.349	62,66%	62,66%	3.754.589	507.700	-	-	(35.097)	(870.740)	-	10.036	3.366.488
Cosan Global	1	1	100,00%	100,00%	200.663	(113.767)	-	-	-	-	7.418	-	94.314
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	100,00%	208.849	(30.364)	-	-	6.000	-	(216.982)	34.000	1.503
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	100,00%	5.732.301	1.511.898	-	-	46.857	(350.549)	-	(793.583)	6.146.924
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	100,00%	(64.018)	(3.327)	-	-	-	-	100.000	(348)	32.307
Cosan Luxemburgo S.A.	500.000	500.000	100,00%	100,00%	107.507	15.145	-	-	-	-	199.656	-	322.308
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	539.979.397	51,00%	3,00%	648.330	90	19.645	(617.684)	66	(20.475)	-	565	30.537
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	51,00%	2,51%	625.108	(1.013)	8.819	(572.955)	108	(4.919)	-	-	55.148
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	99.638	5	-	-	-	(2.641)	-	-	97.002
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51,00%	5,10%	23.713	3.938	-	-	(90)	(1.393)	7.830	-	33.998
Outros	-	-	-	-	(73.868)	(14.460)	-	-	70.955	-	-	2.807	(14.566)
Total investimento em associadas					11.262.812	1.875.845	28.464	(1.190.639)	88.799	(1.250.717)	97.922	(746.523)	10.165.963

Informações financeira das investidas:

	Doze meses findos em 31/12/2017			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.939.363	(1.947.338)	7.975	(39.088)
Cosan Lubes Investment	672.336	(743.932)	71.596	(439)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	12.396.634	(7.857.545)	(4.539.089)	559.657
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.342.116	(6.973)	(6.335.143)	1.016.101
Cosan Luxembourg S.A.	3.157.733	(3.039.739)	(117.994)	(204.315)
Cosan Global	94.497	-	(94.497)	183
Cosan Biomassa	167.154	(174.333)	7.179	(46.566)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357
	Doze meses findos em 31/12/2016			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.988.500	(1.956.114)	(32.386)	(3.191)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	12.315.173	(7.121.953)	(5.193.220)	820.634
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.158.200	(11.275)	(6.146.925)	1.511.899
Cosan Luxembourg S.A.	3.144.494	(2.822.185)	(322.309)	15.145
Cosan Global	94.313	-	(94.313)	(113.768)
Cosan Biomassa	168.794	(167.293)	(1.501)	(30.365)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51%	5,0%	97.002	4.972	-	(3.251)	-	-	98.723
Novvi Limited Liability Company	620.000	200.000	33,26%	33,26%	18.838	(7.665)	583	-	-	-	11.756
Janus Brasil Participações S.A.	1.907.000	934.430	51%	5%	33.998	3.014	3.181	(1.840)	13.073	-	51.426
Radar Propriedades Agrícolas S.A	1.735.703	531.125	51%	3%	55.148	3.128	232	(975)	-	-	57.533
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	81.440.221	24.920.708	51%	3%	30.537	1.704	46	(1.160)	-	-	31.127
Usina Santa Luiza S.A.	28.553.200	9.516.782	33%	33%	-	8.979	-	-	1.433	(6.023)	4.389
Outros investimentos	-	-	-	-	4.577	(1.204)	-	-	-	1.085	4.458
Total investimento em associadas					240.100	12.928	4.042	(7.226)	14.506	(4.938)	259.412

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Alienação de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Tellus Brasil Participações S.A.	65.957.282	33.638.214	51,00%	5,00%	99.638	5	-	-	(2.641)	-	-	97.002
Novvi Limited Liability Company	200.002	100.001	33,33%	33,33%	6.783	(8.917)	-	-	-	20.972	-	18.838
Janus Brasil Participações S.A.	16.166.927	31.699.465	51,00%	5,10%	23.713	3.938	-	(90)	(1.393)	7.830	-	33.998
Radar Propriedades Agrícolas S.A	21.148.989	4.001.167	51,00%	2,51%	-	(1.013)	56.161	-	-	-	-	55.148
Radar II Propriedades Agrícolas S.A	65.957.282	33.638.214	51,00%	3,00%	-	90	29.907	-	-	-	540	30.537
Outros investimentos	-	-	-	-	10.002	(6.923)	-	-	-	-	1.498	4.577
Total investimento em associadas					140.136	(12.820)	86.068	(90)	(4.034)	28.802	2.038	240.100

Informações financeira das investidas:

				31 de dezembro 2017
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.362.536	(63.915)	(2.298.621)	125.441
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.026.024	(53)	(1.025.971)	56.197
Novvi Limited Liability Company	42.739	(7.095)	(35.644)	(24.415)
Tellus Brasil Participações Ltda	2.029.201	(99.135)	(1.930.066)	97.044
Janus Brasil Participações S.A.	1.753.327	(162.531)	(1.590.796)	116.357
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	31 de dezembro 2016
				Lucro (prejuízo) do exercício
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151
Novvi Limited Liability Company	31.667	(5.362)	(26.305)	(7.538)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475

c) Informações dos acionistas não controladores em subsidiárias da Companhia

	Número de ações da investida	Ações dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado líquido	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Mudança de participação em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	130.038.279	26.171.755	20,13%	1.826.733	195.206	(3.130)	(428.603)	(753.019)	13.408	850.595
	Número de ações da investida	Ações dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado líquido	Venda de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	127.313.301	47.535.952	37,34%	2.109.567	313.207	-	(20.913)	(563.371)	(11.757)	1.826.733
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	290.710.861	49,00%	349.022	10.547	(359.607)	38	-	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	17.147.822	49,00%	1.728.749	37.828	(1.766.959)	382	-	-	-
Eliminação participação Radar II na Radar	-	-	0,00%	(498.850)	(7.580)	506.430	-	-	-	-
Total				3.688.488	354.002	(1.620.136)	(20.493)	(563.371)	(11.757)	1.826.733

Balanço patrimonial sintético:

Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"		
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Ativo	3.292.492	3.003.846
Passivo	(3.126.675)	(1.980.304)
Ativo circulante líquido	165.817	1.023.542
Não circulante		
Ativo	9.104.142	9.311.327
Passivo	(4.730.870)	(5.141.649)
Ativo não circulante líquido	4.373.272	4.169.678
Patrimônio líquido	4.539.089	5.193.220

Demonstração do resultado e outros resultados abrangentes:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	5.537.857	5.657.246
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	795.629	1.312.517
Imposto de renda e contribuição social	(235.972)	(411.418)
Lucro líquido	559.657	901.099
Outros resultados abrangentes	(15.585)	(56.012)
Resultado abrangente total	544.072	845.087
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	109.501	315.555
Dividendos pagos	1.121.407	1.369.456

Demonstração do fluxo de caixa:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.701.783	2.158.498
Imposto de renda pago	(64.680)	(70.774)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	1.637.103	2.087.724
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(634.776)	(637.013)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	(1.383.142)	(1.310.018)
(Decréscimo) acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(380.815)	140.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.108.336	1.967.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.727.521	2.108.336

15 Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia possui um contrato de formação de duas *joint ventures*, com participação de 50% sobre os benefícios econômicos das companhias, são elas:

- (i) Raízen Combustíveis, que é dono de uma rede com mais de 6.000 postos de serviço espalhados pelo Brasil, 67 terminais de distribuição e 64 terminais em aeroportos que fornecem combustíveis de aviação;
- (ii) Raízen Energia, que atua na produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Raízen Energia é responsável pela produção de mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4,2 milhões de toneladas de açúcar e 940 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen Energia cultiva, colhe e processa a cana-de-açúcar - principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e etanol.

A Companhia possui controle em conjunto da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis em virtude de sua participação de 50% nas ações de ambas as empresas e a exigência de consentimento unânime por todas as partes sobre as decisões relacionadas com as atividades relevantes do regime. Esses investimentos foram classificados como investimento em controladas em conjunto levando em consideração as disposições do IFRS 11 / CPC 19 – Negócios em conjunto e, consequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas controladas em conjunto apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado		
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total
Número de ações da investida	3.303.168.484	5.902.595.634	
Quotas da investidora	1.651.584.242	2.951.297.817	
Percentual de participação	50%	50%	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.204.833	5.032.355	8.237.188
Resultado de equivalência	737.599	832.533	1.570.132
Ajuste de avaliação patrimonial	22.949	35.469	58.418
Juros sobre capital próprio	(58.500)	(100.000)	(158.500)
Dividendos	(716.060)	(484.783)	(1.200.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.190.821	5.315.574	8.506.395
Resultado de equivalência	694.015	291.075	985.090
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.349)	209.412	204.063
Juros sobre capital próprio	(42.000)	-	(42.000)
Dividendos	(651.500)	(554.249)	(1.205.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.185.987	5.261.812	8.447.799

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do período das controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa de segmentos (Nota 6).

A Companhia possui certas obrigações com a Raízen por demandas com fato gerador anterior a sua formação, compostas principalmente por demandas judiciais, líquidas de depósitos judiciais com fato gerador até 1º de abril de 2011, assim como pelos parcelamentos de impostos (REFIS), registrado na rubrica “Outros tributos a pagar”. Adicionalmente, a Companhia é parte em um contrato de linha de crédito (Stand-by Facilities) concedida a Raízen no montante de USD 350.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2017.

16 Imobilizado

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	232.615	162.955	58.749	54.179	508.498	35.664
Adições		(17)	39.570	-	39.553	1.777
Combinação de negócio	(3.137)	(5.952)	-	17	(9.072)	-
Baixas	-	(1.242)	-	(44)	(1.286)	-
Transferências (i)	14.174	31.104	(57.636)	3.191	(9.167)	(2.667)
Operação descontinuada	(598)	(143)	(663)	(1.028)	(2.432)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	243.054	186.705	40.020	56.315	526.094	34.774
Adições	38		44.937	620	45.595	5.854
Combinação de negócio	-	2.867	-	17.736	20.603	-
Baixas	-	(5.505)	-	(1.019)	(6.524)	(284)
Transferências (i)	5.132	15.793	(28.158)	(11.886)	(19.119)	(289)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	248.224	199.860	56.799	61.766	566.649	40.055
Valor de depreciação:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(31.405)	(42.804)	-	(32.489)	(106.698)	(9.012)
Adições	(10.545)	(15.074)	-	(5.963)	(31.582)	(4.185)
Baixas	-	127	-	36	163	-
Transferências (i)	814	(311)	-	134	637	-
Operação descontinuada	143	97	-	475	715	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(40.993)	(57.965)	-	(37.807)	(136.765)	(13.197)
Adições	(9.761)	(18.829)	-	(6.976)	(35.566)	(4.357)
Baixas	-	3.897	-	713	4.610	-
Transferências (i)	-	(801)	-	14.198	13.397	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(50.754)	(73.698)	-	(29.872)	(154.324)	(17.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202.061	128.740	40.020	18.508	389.329	21.577
Saldo em 31 de dezembro de 2017	197.470	126.162	56.799	31.894	412.325	22.503

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

17 Intangível

	Consolidado					Controladora
	Ágio	Direito de Concessão COMGÁS	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes	Outros	Total
Valor de custo:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	612.840	9.159.112	252.474	940.470	285.615	11.250.511
Adições	-	382.788	-	65.735	21.186	469.709
Adições combinação de negócio	1.968	-	-	5.970	-	7.938
Baixas	-	(189.849)	-	(65.694)	(62.512)	(318.055)
Transferências (i)	-	(2.232)	-	343	10.572	8.683
Operação descontinuada	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	614.808	9.349.819	252.474	946.824	252.465	11.416.390
Adições	-	361.946	-	65.813	45.628	473.387
Adições combinação de negócio	136.626	-	-	-	9.299	145.925
Baixas	-	(182.339)	-	(11.554)	(1)	(193.894)
Transferências (i)	-	3.418	-	(11.696)	13.572	5.294
Saldo em 31 de dezembro de 2017	751.434	9.532.844	252.474	989.387	320.963	11.847.102
Valor de amortização:						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(921.733)	(159.789)	(575.411)	(146.309)	(1.803.242)
Adições	-	(362.971)	(22.827)	(151.893)	(44.319)	(582.010)
Baixas	-	175.435	-	58.609	62.507	296.551
Transferências (i)	-	(29)	-	-	(124)	(153)
Operação descontinuada	-	-	-	-	614	614
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(1.109.298)	(182.616)	(668.695)	(127.631)	(2.088.240)
Adições	-	(369.116)	(22.827)	(127.584)	(40.628)	(560.155)
Baixas	-	143.331	-	8.132	-	151.463
Transferências (i)	-	(247)	-	721	(46)	428
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(1.335.330)	(205.443)	(787.426)	(168.305)	(2.496.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	614.808	8.240.521	69.858	278.129	124.834	9.328.150
Saldo em 31 de dezembro de 2017	751.434	8.197.514	47.031	201.961	152.658	9.350.598

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 9.799 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 14.625) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 8,43% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (11,48% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2017	31/12/2016
Concessão ativo intangível - COMGÁS (i)	Durante o prazo de concessão	8.197.514	8.240.521
Marcas e patentes:			
<i>Mobil</i>	10,00%	22.827	45.654
<i>Comma</i>	-	24.204	24.204
		47.031	69.858
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	174.459	233.971
Lubrificantes	6,00%	27.502	44.158
		201.961	278.129
Outros:			
Licença de software	20,00%	135.808	119.052
Outros		16.850	5.782
		152.658	124.834
Total		8.599.164	8.713.342

(i) Referente ao ativo intangível de concessão do serviço público de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás e é composto por: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos de concessão;

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios (ativos intangíveis com vida útil indefinida) decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada unidade geradora de caixa são como a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Unidade geradora de caixa Moove	751.391	614.765
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
Total do ágio	751.434	614.808

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas consideram principalmente a expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado, bem como levando em conta os níveis de crescimento médio experimentado ao longo dos últimos anos e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das commodities, utilizando taxas de descontos que refletem riscos específicos relacionados aos negócios.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados pela taxa de 10,4 % (custo médio ponderado de capital) e uma taxa de crescimento do valor final de 4% a partir de 2027 que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Um aumento de 6,3 pontos percentuais na taxa de desconto deve mudar para que o valor recuperável estimado seja igual ao valor contábil. O dólar tem impacto nas projeções e, portanto, a flutuação do câmbio teria efeito na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2017 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros		Consolidado		
Descrição ⁽ⁱⁱ⁾	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	9,08%	120.573	137.739	jun/2023
	TJ462	9,89%	485.807	650.581	out/2020
	Selic	8,82%	221.222	271.926	out/2020
	Selic	9,00%	66.794	41.650	jun/2023
EIB	Dólar (US)	3,88%	127.190	170.848	jun/2020
	Dólar (US)	2,94%	70.611	89.899	set/2020
	Dólar (US) + Libor	1,90%	138.778	172.263	mai/2021
	Dólar (US) + Libor	1,98%	149.386	179.951	set/2021
Empréstimos no exterior	GBP + Libor	3,77%	312.642	218.232	dez/2022
	GBP + Libor	1,98%	157.432	-	jul/2019
Resolução 4131	US\$	2,66%	68.305	133.957	nov/2019
	US\$	2,40%	415.762	407.306	mar/2018
	US\$ + Libor	4,79%	50.868	32.798	out/2020
Bônus perpétuos	US\$	8,25%	1.674.847	1.650.089	-
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%	168.052	168.163	mar/2018
Senior Notes Due 2023	US\$	5,00%	339.665	322.062	mar/2023
Senior Notes Due 2027	US\$	7,00%	2.530.442	2.304.384	jan/2027
FINEP	Pré-fixado	5,00%	93.058	109.233	nov/2022
Capital de giro	CDI + 0,31% a.m.	10,93%	1.117	9.988	jan/2018
	CDI + 0,33% a.m.	11,20%	3.345	-	mar/2018
	120.85% CDI	8,39%	10.440	-	jul/2018
	120.75% CDI	8,38%	20.879	-	jul/2018
	120% CDI	8,32%	21.221	-	mai/2018
FINAME	Pré-fixado	5,50%	45	105	set/2018
Conta garantida	125,5% do CDI	8,72%	94	22.604	mar/2018
FINIMP	US\$ + Libor Tri	3,52%	-	40.798	jun/2017
Pré-pagamento	US\$ + Libor Tri	3,86%	10.039	55.641	abr/2018
			7.258.614	7.190.217	
Debêntures não conversíveis					
	CDI + 0,90%	7,85%	87.467	133.465	set/2019
	IPCA + 5,10%	8,20%	363.894	346.276	set/2018
	IPCA + 5,57%	8,68%	197.923	183.189	set/2020
	IPCA + 7,14%	10,30%	293.312	284.660	dez/2020
	IPCA + 7,48%	10,65%	263.701	255.929	dez/2022
	IPCA + 7,36%	10,53%	86.927	84.364	dez/2025
	IPCA + 5,87%	8,99%	726.826	660.029	dez/2023
	IPCA + 4,33%	7,41%	396.330	-	out/2024
			2.416.380	1.947.912	
Total			9.674.994	9.138.129	
Circulante			1.611.547	936.000	
Não circulante			8.063.447	8.202.129	

(i) Em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Os financiamentos da Companhia junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais possuem fianças bancárias como garantias das operações. As fianças são contratadas com bancos de primeira linha garantindo a totalidade do valor da dívida.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2017	31/12/2016
Dólar (USD) ⁽ⁱ⁾	5.575.894	5.559.995
Reais (R\$)	3.629.026	3.359.901
Libra Esterlina (GBP)	470.074	218.233
	9.674.994	9.138.129

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, todas as dívidas datadas denominadas em dólares norte-americanos possuem proteção de risco cambial por meio de derivativos (Nota 31).

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão da rede de distribuição de gás, expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- **Projeto V** - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- **Projeto VI** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).
- **Projeto VII** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Santander (39,69%), Sumitomo (33,33%) e Safra (26,98%).

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021 e são garantidos por fianças bancárias. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural. Esses empréstimos estão protegidos quanto a variação cambial e juros por meio de instrumentos financeiros derivativos.

FINEP

Em novembro de 2012, foi firmado contrato de financiamento com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos no montante de R\$ 254.890, com vencimento até novembro de 2020. Estes empréstimos são garantidos por garantias bancárias. Os recursos devem ser e serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais para o processamento de biomassa derivada da cana-de-açúcar ou de outras fontes.

Em 27 de julho de 2017, a Companhia aditou um contrato de empréstimo junto à FINEP em que estendeu o prazo de carência para o pagamento do principal no valor atualizado de R\$ 93.591 pelo prazo de 30 meses a partir de 15 de agosto de 2017 a 15 de fevereiro de 2020

Resolução nº 4.131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2018, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de câmbio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos.

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de R\$ 850.000, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% a.a., pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% a.a., pagáveis semestralmente em março e setembro de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2027

Em 20 de junho de 2016, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a. Os recursos foram utilizados para amortização parcial do Sênior Note 2018 e Sênior Note 2023.

Em 18 de Julho, 2016, a Cosan Luxembourg S.A ("Cosan Lux") emitiu o montante adicional de US\$ 150.000.000 os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a com vencimento 2027. Os Bonds são títulos emitidos de acordo com as disposições da escritura de emissão, datado de 20 de junho de 2016, entre a Emissora, a Cosan S.A e Deutsche Bank Trust Company Americas, como Agente Fiduciário ("administrador").

Capital de giro

Em 12 de janeiro e 17 de março de 2017 a Cosan Biomassa tomou dois empréstimos junto à Caixa Econômica Federal nos valores de R\$ 10.000 cada um com taxa de juros de CDI + 0,33% ao mês e prazo de um ano.

Em 25 de maio e 17 de julho de 2017, a Cosan Biomassa tomou dois empréstimos junto ao Santander no valor de R\$ 20.000 e R\$ 10.000, respectivamente, com taxa de juros pós-fixadas de 120,00% do CDI e prazo de um ano.

Em 17 de julho de 2017, a Cosan Biomassa tomou um empréstimo junto ao Banco ABC no valor de R\$ 20.000 com taxa de juros pós-fixadas de 120,75% do CDI e prazo de um ano.

Pré pagamentos

Em 20 de abril de 2017, a Cosan Biomassa, subsidiária integral da Companhia, aditou um contrato de Pré Pagamento de Exportação com o Citibank em que estendeu o prazo de vencimento por mais um ano. O valor do contrato é de US\$ 3.000 milhares.

Empréstimos no exterior

Em 21 de dezembro de 2017, a Cosan Lubes Investments, subsidiária integral da Companhia, aditou um contrato de empréstimo junto ao Citibank em que estendeu o prazo de vencimento e, adicionalmente, tomou 25 milhões de libras esterlinas. O contrato atual é de 70 milhões de libras esterlinas.

Em 04 de agosto de 2017 e 30 de outubro de 2017, a Comma Oil, subsidiária integral da Cosan Lubes Investments, tomou empréstimos nos valores total de 20 milhões e 15 milhões de libras esterlinas, respectivamente, junto ao Bank of America Merrill Lynch, com vencimentos em 26 julho de 2019 e 30 de outubro de 2019 a juros de libor + 1,50% ao ano.

Linha de crédito – Standy by facilities

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía linhas de crédito disponíveis de diferentes instituições financeiras brasileiras, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 501.000.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	1.127.365	1.466.631
25 a 36 meses	808.480	660.387
37 a 48 meses	256.669	768.126
49 a 60 meses	195.441	207.663
61 a 72 meses	1.139.353	151.689
73 a 84 meses	454.668	1.110.467
85 a 96 meses	278.446	60.961
A partir de 97 meses	3.803.025	3.776.205
	8.063.447	8.202.129

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	9.138.129
Captação	912.642
Pagamento	(1.445.965)
Atualização monetária, cambial e valor justo	1.070.188
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.674.994

Em 31 de dezembro de 2017, todas as dívidas com vencimentos definidos denominadas em dólar possuem proteção de risco cambial por meio de instrumentos financeiros. Veja detalhes na nota 31.

Debêntures

3ª Emissão

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 100,69% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 101,01% e para terceira série 101,96%.

4ª Emissão

Os juros da primeira, segunda e terceira série serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2017, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 101,95% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 109,28% e para terceira série 112,47%.

5ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2017, a porcentagem para o valor justo negociado no mercado secundário foi de 104,61% do preço unitário (PU) da curva.

6ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros.

Abaixo são relacionados os *covenants* financeiros das dívidas e debêntures aberto:

Dívida	Covenant financeiro
BNDES	
Empréstimos EIB	
FINEP	
Empréstimos no exterior	Não aplicável
Bônus Perpétuo	
FINIMP	
Pré Pagamentos	
Resolução nº 4.131	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,75x Endividamento de curto prazo e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,55x
Senior Notes 2023	
Senior Notes 2018	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,5
Senior Notes 2027	
Debêntures 3º emissão	Dívida líquida onerosa/EBITDA não superior ou igual a 4x
Debêntures 4º emissão	Endividamento de CP e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,6x
Debêntures 5º emissão	
Debêntures 6º emissão	Dívida líquida onerosa/EBITDA não superior ou igual a 4x

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos.

19 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária” das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma e eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativo (passivo) regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de gás a recuperar (repassar)	(174.090)	(394.552)
Créditos de tributos a repassar	(48.549)	(24.061)
Ajuste a valor presente sobre tributos	1.742	1.592
Outros	-	3.010
	(220.897)	(414.011)
Saldo inicial	(414.011)	116.947
Saldo final	(220.897)	(414.011)
Receitas/(despesas) não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social	193.114	(530.958)
Ativo (passivo) regulatório ⁽ⁱ⁾	243.722	(480.044)
Ativo (passivo) regulatório - tributos ⁽ⁱ⁾	(12.222)	(12.874)
	231.500	(492.918)
Atualização ⁽ⁱ⁾	(26.270)	(32.163)
Ajuste a valor presente (AVP) s/créditos de tributos ⁽ⁱ⁾	151	1.400
Créditos extemporâneos ⁽ⁱ⁾	(12.267)	(7.277)
	193.114	(530.958)

(i) Efetuamos a reclassificação entre linhas para uma melhor apresentação dos saldos apresentados no ano de 2016.

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluído nas tarifas cobradas dos clientes e o custo real de gás incorrido, são apuradas em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS e CPC, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia.

b) Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de suprimentos de gás, a controlada COMGÁS possui um compromisso financeiro total em valor presente estimado de R\$ 5,29 bilhões, valor este que contempla o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodity quanto em transporte.

c) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Comgás possui 9 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 2.847 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.201).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.035	2.798
Mais de um ano e menos de cinco anos	8.010	907
Mais de cinco anos	5.013	-
	<u>16.058</u>	<u>3.705</u>

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores de gás/transporte	-	-	1.563.930	1.381.397
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás ⁽ⁱ⁾	-	-	(294.976)	(294.976)
Fornecedores de materiais e serviços	3.713	3.330	536.431	381.149
	<u>3.713</u>	<u>3.330</u>	<u>1.805.385</u>	<u>1.467.570</u>

- (i) Existe uma discussão judicial entre a controlada COMGÁS e sua fornecedora de gás. A fornecedora de gás estava cobrando diferentes preços em relação ao mercado de fornecimento de gás. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da discussão judicial é de R\$ 1.154.603 (R\$ 1.045.311 em 31 de dezembro de 2016). O total é segurado por depósito judicial de R\$ 294.976 (R\$ 294.976 em 31 de dezembro de 2016) e o valor garantido por fiança é de R\$ 859.627 (R\$ 750.335 em 31 de dezembro de 2016).

21 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelamento de débitos tributários	200.484	191.856	207.790	191.856
ICMS	-	-	118.497	82.293
COFINS	114.854	21.568	144.351	48.181
PIS	24.452	4.512	30.825	10.230
Outros	1.513	493	30.180	30.612
INSS	586	725	1.134	1.103
	<u>341.889</u>	<u>219.154</u>	<u>532.777</u>	<u>364.275</u>
Circulante	198.569	82.434	382.150	227.555
Não circulante	143.320	136.720	150.627	136.720

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	13.214	13.111	13.214	13.111
25 a 36 meses	13.402	11.302	13.402	11.302
37 a 48 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
49 a 60 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
61 a 72 meses	10.895	10.699	10.895	10.699
73 a 84 meses	10.454	10.699	10.454	10.699
85 a 96 meses	8.251	10.325	8.251	10.325
A partir de 97 meses	65.314	59.186	72.621	59.186
	143.320	136.720	150.627	136.720

22 Imposto de renda e contribuição social

(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.606.191	754.717
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(546.105)	(256.604)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	339.392	601.012
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(30.458)	(772)
Transações com pagamento baseado em ações	(2.030)	(2.844)
Juros sobre capital próprio	(45.177)	(34.728)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	40.252
Resultado de empresas no exterior	-	(38)
Retificação prejuízo fiscal e base negativa utilizados na liquidação de parcelamento	(3.554)	-
Outros	(2.935)	11.147
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(290.867)	357.425
Taxa efetiva	18,11%	(47,36%)
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.968.255	1.485.562
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(669.207)	(505.091)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	339.327	529.486
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(50.866)	(19.642)
Transações com pagamento baseado em ações	(2.030)	(2.844)
Juros sobre capital próprio	(21.140)	(45.573)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(16.434)	39.490
Resultado de empresas no exterior	(18.140)	(58.323)
Efeito tributário na adesão ao PERT MP 783/17	(4.438)	-
Retificação prejuízo fiscal e base negativa utilizados na liquidação de Parcelamento	(3.554)	-
Outros	(11.243)	2.284
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(457.725)	(60.213)

Taxa efetiva

23,26%

4,05%

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (i):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	193.812	195.212	401.541	396.181
Base negativa de contribuição social	70.800	71.304	146.233	144.303
Total de prejuízos fiscais e base negativa	264.612	266.516	547.774	540.484
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	495.957	535.868	548.568	590.111
Provisão para demandas judiciais	55.597	50.199	160.386	154.992
Ágio na incorporação	-	-	56.276	225.104
Obrigação de benefício pós-emprego	-	-	153.434	138.655
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	27	55.507	3.508	58.784
Conta corrente regulatória	-	-	65.318	71.039
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	30.809	28.493
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	291	-
Provisões de participações no resultado	4.773	4.637	12.518	11.323
Juros sobre opções de Ações	218.599	219.019	218.599	219.019
Revisão de vida útil	-	-	(312.113)	(268.443)
Diferenças temporárias	45.173	27.207	220.066	181.712
Outros	-	6.728	6.985	17.433
Tributos diferidos - Ativos	827.111	906.150	1.164.645	1.428.222
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos				
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Combinação de negócios - Imobilizado	-	-	(26.025)	(26.792)
Ágio fiscal amortizado	(21.823)	(21.823)	(347.053)	(328.478)
Arrendamento Mercantil	-	-	(14)	(14)
Intangível-Contrato de concessão	-	-	(8.681)	(10.617)
Resultado não realizado com derivativos	(156.081)	(2.092)	(154.044)	32
Efeitos na formação das controladas em conjunto	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)	(1.135.036)
Combinação de negócios - Intangível	-	-	(1.143.848)	(1.185.679)
(-) Créditos sem expectativa de realização	-	-	(18.040)	-
Outros	(51.951)	(6.728)	(16.741)	(60.658)
Tributos diferidos - Passivos	(1.364.891)	(1.165.679)	(2.849.482)	(2.747.242)
Total de tributos diferidos registrados	(273.168)	6.987	(1.137.063)	(778.536)
Diferido Ativo	-	6.987	474.804	330.212
Diferido Passivo	(273.168)	-	(1.611.867)	(1.108.748)

- (i) Os valores apresentados em 31 de Dezembro de 2016, foram reclassificados entre linhas para melhor divulgação.

(iii) **Movimentação dos impostos diferidos (líquido):**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(419.291)	(1.032.830)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	372.433	52.420
Outros resultados abrangentes	-	28.986
Combinação de negócios	-	(4.864)
Desconsolidação de operação descontinuada	53.845	158.164
Outros	-	19.588
Saldo em 1º de janeiro de 2017	6.987	(778.536)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(283.709)	(369.255)
Outros resultados abrangentes	-	8.201
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de parcelamento	3.554	3.554
Outros	-	(1.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(273.168)	(1.137.063)

(iv) **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do resultado tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nenhuma provisão foi reconhecida. No Brasil, não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Companhia espera realizar o imposto diferido integral sobre prejuízos fiscais e contribuição social.

23 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	94.004	85.658	432.350	405.060
Cíveis	105.708	67.426	226.825	189.861
Trabalhistas	115.079	134.212	186.947	166.621
	314.791	287.296	846.122	761.542

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são como segue:

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	236.921	226.558	368.360	350.745
Cíveis e ambientais	13.890	14.200	18.017	19.849
Trabalhistas	32.230	29.170	48.035	43.620
	283.041	269.928	434.412	414.214

Movimentação da provisão:

	Controladora			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	73.320	57.542	135.678	266.540
Provisionado no exercício	5.390	19.174	31.134	55.698
Baixas por reversão / pagamento	(1.570)	(23.896)	(48.949)	(74.415)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	8.518	14.606	16.349	39.473
Saldo em 1º de janeiro de 2017	85.658	67.426	134.212	287.296
Provisionado no exercício	8.669	44.320	35.391	88.380
Baixas por reversão / pagamento	(7.400)	(15.838)	(46.582)	(69.820)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	7.077	9.800	(7.942)	8.935
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.004	105.708	115.079	314.791

	Consolidado			
	Tributária	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	376.532	161.740	165.075	703.347
Provisionado no exercício	6.631	23.674	41.817	72.122
Baixas por reversão / pagamento	(4.168)	(26.413)	(57.205)	(87.786)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	26.065	30.860	16.934	73.859
Saldo em 1º de janeiro de 2017	405.060	189.861	166.621	761.542
Provisionado no exercício	14.155	69.320	71.786	155.261
Baixas por reversão / pagamento	(9.293)	(30.332)	(59.339)	(98.964)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	22.428	(2.024)	7.879	28.283
Saldo em 31 de dezembro de 2017	432.350	226.825	186.947	846.122

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	-	-	280.158	269.275
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	54.645	53.255	65.149	63.103
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.404	22.253	43.848	31.517
PIS e COFINS	-	202	140	334
IPI	678	1.155	678	1.155
IRPJ e CSLL	-	329	1.521	329
Outros	9.277	8.464	40.856	39.347
	94.004	85.658	432.856	405.060

- (i) A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais de outubro de 2003 até novembro de 2006, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- (ii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Os depósitos judiciais foram feitos para os montantes correspondentes.
- (iii) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos as diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, mas que, no entendimento fazendário, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Alcool Ltda (encomendante) e (c) autos de infração relacionados ao aproveitamento de créditos de ICMS quando a base de cálculo presumida no regime de substituição tributária para frente for maior que a efetivamente realizada.

b) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar decorrente do período Raízen e (iii) execuções de natureza cível e ambiental.

A Companhia e suas controladas são partes em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, responsabilidade subsidiária solidária, pagamento de horas extras e reflexos, intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e insalubridade, aviso prévio, diferenças de FGTS, horas in itinere, 13º salário, férias mais um terço, adicional noturno, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho e/ou doença profissional, obrigação de fazer ou não fazer para cumprimento de normas regulamentadoras do MTE, danos morais coletivos, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributários	4.819.403	4.438.316	8.300.365	7.381.101
Cíveis	620.702	592.223	1.342.822	1.318.404
Trabalhistas	201.247	348.727	255.779	376.146
	5.641.352	5.379.266	9.898.966	9.075.651

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱ⁾	1.614.146	1.498.703	2.006.898	1.828.663
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	533.828	462.596	2.395.855	1.904.333
PIS e COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	797.279	792.998	813.418	808.498
IRRF ^(iv)	2.768	2.674	842.079	793.149
INSS ^(v)	531.297	567.640	581.542	615.403
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(vi)	443.483	436.507	523.121	512.209
MP 470 - Parcelamentos de débitos ^(vii)	180.291	-	180.291	-
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 ^(viii)	132.270	128.456	132.270	128.456
Outros	584.041	548.742	824.891	790.390
	4.819.403	4.438.316	8.300.365	7.381.101

- (i) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao ICMS envolvem, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados por suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a dezembro de 2006 e maio a dezembro de 2007. Nestes casos a companhia figura como responsável solidária; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária que, no entendimento fazendário, tal produto enquadrar-se-ia como mercadoria semi-elaborada; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque. (f) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos oriundos de aquisições de mercadorias de empresas que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (g) exigência de ICMS decorrente de substituição tributária e guerra fiscal.
- (ii) A Companhia e suas controladas possuem (a) autos de infração relativos à glosa de deduções da amortização de despesa de ágio; (b) auto de infração relativo à variação cambial e juros incorridos por entender o Fisco que as operações societárias realizadas tiveram o intuito de postergar a liquidação de dívida contraída no exterior por meio da Emissão de Bônus Perpétuos, de modo a reduzir o resultado positivo de variação cambial e (c) A controlada Comgás teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários realizadas em 2015, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).
- (iii) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003.

- (iv) A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte"), na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretense ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A controlada Comgás teve auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte") sobre ganho de capital, cuja contingência é de responsabilidade do antigo acionista controlador conforme disposições contratuais.
- (v) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) O questionamento da IN MPS/SRP nº 03/2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies e (b) Exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, que deveriam ser imunes;
- (vi) As demandas judiciais relacionadas ao IPI estão relacionadas, principalmente, à Instrução Normativa SRF nº 67/98, por meio da qual foi convalidado o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia nos termos da MP 470/2009, sob o infundado argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não seria suficiente para quitação dos respectivos débitos.
- (viii) A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos.

24 Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias

A Companhia contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da Raízen Energia S.A. e da Raízen Combustíveis S.A. e dívidas, líquidas de recursos financeiros, em montante de R\$ 1.979.519, representada por debêntures e linha de capital de giro, para a controlada Cosan Investimentos e Participações S.A.

Em 27 de junho de 2014, a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e Outros Pactos com o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II ("FIP Multisetorial Plus II"), e com o Razac Fundo de Investimento em Participações ("FIP Razac"). Com isso, o FIP Multisetorial Plus II e o FIP Razac subscreveram ações preferenciais, sem direito de voto, de emissão da Cosan Investimentos e Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2.000.000, classificado como passivo financeiro (put option) nas demonstrações financeiras da Companhia.

O passivo financeiro será mensurado levando em consideração o "saldo devedor" do valor do aporte inicial acrescido da atualização financeira deduzido dos dividendos pagos (também atualizados). A Companhia terá a obrigação de realizar o pagamento aos Investidores caso eles exerçam a opção de venda do investimento em 2021.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito de R\$ 3.999.075 e R\$ 3.824.648, inteiramente integralizado, é representado por 407.904.353 e 407.294.353 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, escriturais e sem valor nominal.

Em 22 de fevereiro de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento do capital social da Companhia em R\$ 14.427 mediante a emissão de 610.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento do capital social da Companhia em R\$ 160.000, sem a emissão de novas ações ordinárias, mediante a conversão de Reserva Legal.

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Em 31 de dezembro, a composição acionária da Companhia é composta da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan Limited	236.515.386	57,983%
Grupo de Controle	4.028	0,001%
Administradores	17.558	0,004%
Free Float	169.761.142	41,618%
Total acionistas	406.298.114	99,6%
Ações em Tesouraria	1.606.239	0,39%
Total	407.904.353	100,0%

b. Reserva estatutária – reserva especial

A Reserva estatutária – reserva especial tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

c. Dividendos

Em 27 de abril de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 379.998, mediante a utilização de reserva estatutária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2018.

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.315.324
Constituição da reserva legal – 5%	(65.766)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.249.558
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(312.389)
Dividendos excedentes	-
Reserva Estatutária	937.169
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.274
Dividendos interinos exercício corrente	380.000
Dividendos do exercício	312.389
Dividendos pagos	(376.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	338.984

d. Programa de recompra de ações

Em 11 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 4.600.000 ações ordinárias (representativas de 1,129626% da quantidade total de ações).

Em 21 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração aprovou a renovação do Programa de Recompra de ações ordinárias de sua emissão. As operações podem ser realizadas até 21 de dezembro de 2017 e o máximo de ações que podem ser recompradas é de 4.000.000 de ações ordinárias (representativas de 0,98209071% da quantidade total de ações).

No exercício houve recompra no valor de R\$ 79.447 referente a 2.371.700 ações ordinárias com custo unitário máximo de R\$ 37,36, custo unitário mínimo de R\$ 30,43 e Custo unitário médio de R\$ 33,51.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 1.606.239 ações em tesouraria (29.539 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), cujo preço de mercado era de R\$ 41,50 (R\$ 38,15 em 31 de dezembro de 2016).

e. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2016	Resultado abrangente	31/12/2017
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(7.979)	(25.035)	(33.014)
(Perda) ganho com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	(189.286)	204.611	15.325
Perda com benefícios pós-emprego	(52.237)	(15.920)	(68.157)
(Perda) ganho na realização de instrumento financeiro derivativo	(54.631)	9.000	(45.631)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros e disponíveis para venda, líquido de imposto	21.378	4.176	25.554
Total	(282.755)	176.832	(105.923)
Atribuído a:			
Acionistas controladores	(295.923)	179.645	(116.278)
Acionistas não controladores	13.168	(2.813)	10.355

26 Lucro por ação

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias - Básico	1.315.324	1.112.141
Resultado líquido operação descontinuada atribuível a detentores de ações ordinárias - Básico	-	(76.057)
Efeito da diluição:		
<i>Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária</i>	(207)	-
<i>Put option</i>	-	(6.371)
Resultado líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	1.315.117	1.105.770
Resultado líquido de operações descontinuidas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	-	(76.057)
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico - (Em milhares de ações)	411.254	406.274
Efeito de diluição:		
<i>Stock option ⁽¹⁾</i>	687	1.715
<i>Put option</i>	-	5.880
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído - (Em milhares de ações)	411.941	413.869
Resultado Líquido básico por ação ordinária das:		
Operações continuadas	R\$3,19833	R\$2,73742
Operações descontinuidas	-	(R\$0,18721)
Resultado Líquido diluído por ação ordinária das:		
Operações continuadas	R\$3,19249	R\$2,67179
Operações descontinuidas	-	(R\$0,18377)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 11.171.300 ações, referente ao plano de recompra de ações, possuem efeito antidilutivo, por tanto não foram consideradas na análise do lucro por ação diluído.

27 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta na venda de produtos e serviços	9.537.350	9.215.080
Receita de construção	351.193	339.025
Impostos e deduções sobre vendas ⁽ⁱ⁾	(2.217.766)	(2.012.312)
Receita operacional líquida	7.670.777	7.541.793

- (i) Em 1º de abril de 2017, a alíquota efetiva do Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) sobre venda de gás foi alterada de 12% para 15%.

28 Custos e despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para o exercício de 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-prima	-	-	(4.614.500)	(4.184.448)
Material de uso e consumo na prestação de serviço	-	-	(27.753)	-
Custo de construção – ICPC 01	-	-	(351.193)	(339.025)
Despesas com pessoal	(95.319)	(100.367)	(772.837)	(814.217)
Despesas comerciais	-	-	(82.941)	(72.683)
Despesa com transporte	-	-	(83.905)	(76.278)
Depreciação e amortização	(5.849)	(6.571)	(546.111)	(577.964)
Outras despesas	(26.056)	(27.995)	(203.891)	(125.295)
	(127.224)	(134.933)	(6.683.131)	(6.189.910)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(5.045.884)	(4.586.552)
Despesas com vendas	-	-	(1.039.817)	(1.032.893)
Gerais e administrativas	(127.224)	(134.933)	(597.430)	(570.465)
	(127.224)	(134.933)	(6.683.131)	(6.189.910)

29 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Ganho na cessão de direitos creditórios - (Nota 12)	1.039.966	-
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(78.704)	(89.661)
Outros	(35.115)	3.640
	926.147	(86.021)
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ganho na cessão de direitos creditórios - (Nota 12)	1.039.966	-
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(116.859)	(92.359)
Despesa com ajuste de inventário	-	(15.459)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(35.614)	(13.779)
Outros	(6.510)	5.833
	880.983	(115.764)

30 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	-	(10.714)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	55.170
Resultado com derivativos e valor justo	182.350	(758.157)
Amortização do gasto de captação	(245)	(4.850)
	182.105	(718.551)
Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa	105.764	82.749
	105.764	82.749
Custo da dívida, líquida	287.869	(635.802)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	31.484	87.400
Atualização de outros ativos financeiros	125.977	18.827
Juros sobre capital próprio	86.209	188.052
Juros sobre outras obrigações	(210.023)	(403.578)
Despesas bancárias e outros	(245.385)	(108.753)
Variação cambial	(267.074)	61.842
	(478.812)	(156.210)
Resultado financeiro, líquido	(190.943)	(792.012)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(691.178)	(744.408)
Receitas financeiras	377.302	384.590
Variação cambial	(62.726)	828.401
Efeito líquido dos derivativos	185.659	(1.260.595)
Resultado financeiro, líquido	(190.943)	(792.012)

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(666.552)	(732.591)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(82.969)	992.534
Resultado com derivativos e valor justo	(56.314)	(1.369.944)
Amortização do gasto de captação	(1.056)	(73.832)
Descontos obtidos em operações financeiras	-	85.962
Fianças e garantias sobre dívida	(27.753)	(50.819)
	(834.644)	(1.148.690)
 Rendimento de aplicação financeira e variação cambial de caixa ⁽ⁱ⁾	 360.001	 323.154
	360.001	323.154
Custo da dívida, líquido	(474.643)	(825.536)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis ⁽ⁱ⁾	97.724	177.845
Atualização de outros ativos financeiros	125.977	18.827
Juros sobre capital próprio ⁽ⁱ⁾	(12.291)	(9.448)
Juros sobre outras obrigações ⁽ⁱ⁾	(345.737)	(561.068)
Despesas bancárias e outros	(282.881)	(116.718)
Variação cambial ⁽ⁱ⁾	(6.543)	8.229
	(423.751)	(482.333)
Resultado financeiro, líquido	(898.394)	(1.307.869)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.728.300)	(1.720.365)
Receitas financeiras	728.598	799.912
Variação cambial	(81.201)	1.001.581
Efeito líquido dos derivativos	182.509	(1.388.997)
Resultado financeiro, líquido	(898.394)	(1.307.869)

(i) Os valores apresentados em 31 de Dezembro de 2016, foram reclassificados entre linhas para melhor divulgação.

31 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos de investimento	1.849.820	3.203.907
Títulos e valores mobiliários	700.035	371.167
Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487
Instrumentos financeiros derivativos	1.052.105	747.411
	<u>5.288.678</u>	<u>4.392.972</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.300.508	787.023
Contas a receber de clientes	950.701	753.969
Recebíveis de partes relacionadas	207.266	259.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13.114	142.856
	<u>2.471.589</u>	<u>1.942.958</u>
Total	<u>7.760.267</u>	<u>6.335.930</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.783.987	5.324.662
Fornecedores	1.805.385	1.467.570
Pagáveis a partes relacionadas	398.586	150.107
Dividendos a pagar	373.277	94.055
Parcelamento de débitos tributários	207.790	191.856
Obrigações com acionistas preferencialistas	1.442.680	1.769.427
Outros passivos financeiros	90.725	25.734
Outros passivos	-	137.544
	<u>10.102.430</u>	<u>9.160.955</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.891.007	3.813.467
Contraprestação contingente	116.542	166.807
Instrumentos financeiros derivativos	114.531	283.541
	<u>4.122.080</u>	<u>4.263.815</u>
	<u>14.224.510</u>	<u>13.424.770</u>

Estrutura de gerenciamento de risco

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a Termo	61.606	438.689	96	(14.983)
	61.606	438.689	96	(14.983)
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	2.284.808	1.816.934	328.703	113.125
Contratos de Swap (juros e câmbio)	4.736.772	4.315.575	608.775	365.728
	7.021.580	6.132.509	937.478	478.853
Total de instrumentos contratados pela Companhia			937.574	463.870
Ativos			1.052.105	747.411
Passivos			(114.531)	(283.541)

Risco de crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	3.150.328	3.990.930
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	950.701	753.969
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.052.105	747.411
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	207.266	259.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber ⁽ⁱ⁾	13.114	142.856
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	700.035	371.167
	6.073.549	6.265.443

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros derivativos são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
AAA	327.583	-
AA	4.443.753	4.124.002
A	-	725.208
BBB	-	260.298
	4.771.336	5.109.508

- (ii) O risco de crédito de cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência, e qualquer entrega a grandes clientes costumam ter a cobertura de cartas de crédito ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	31/12/2017				31/12/2016	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.101.651)	(1.421.706)	(4.760.467)	(7.224.094)	(15.507.918)	(17.067.976)
Fornecedores	(1.805.385)	-	-	-	(1.805.385)	(1.467.570)
Instrumentos financeiros derivativos	147.619	43.659	(27.212)	301.897	465.963	(415.315)
Outros passivos financeiros	(90.725)	-	-	-	(90.725)	(25.734)
Dividendos a pagar	(373.277)	-	-	-	(373.277)	(94.055)
Parcelamento de débitos tributários	(68.605)	(14.242)	(37.443)	(102.046)	(222.336)	(210.836)
	(4.292.024)	(1.392.289)	(4.825.122)	(7.024.243)	(17.533.678)	(19.281.486)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado para determinadas operações.

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2017	31/12/2016
	R\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	765.370	413.414
Contas a receber de clientes	14.894	11.940
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.575.894)	(5.559.995)
Contraprestação contingente	(64.213)	(68.388)
Pagáveis a partes relacionadas	(210.497)	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	4.216.517	6.413.619
Exposição cambial, líquida	(853.823)	1.210.590

⁽¹⁾ Estes saldos equivalem ao valor do nomencl em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2017, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
	31/12/2017	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de dezembro de 2017	3,3080	3,4000	4,2500	5,1000	2,5500	1,7000

A Companhia utiliza consultoria especializada para as projeções de mercado.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	21.286	196.664	393.328	(196.665)	(393.328)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	414	3.827	7.655	(3.826)	(7.654)
Derivativos	Baixa do USD	331.524	1.169.838	2.339.675	(1.169.838)	(2.339.675)
Empréstimos,						
financiamentos e debêntures	Alta do USD	(155.073)	(1.432.742)	(2.865.484)	1.432.742	2.865.484
Contraprestação contingente	Alta do USD	(1.786)	(16.499)	(32.999)	16.500	33.000
		196.365	(78.912)	(157.825)	78.913	157.827

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	159.848	39.962	79.924	(39.962)	(79.924)
Títulos e valores mobiliários	44.312	11.078	22.156	(11.078)	(22.156)
Derivativos de taxa de juros ⁽ⁱ⁾	850.056	(551.529)	(1.038.719)	744.012	1.613.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(547.669)	(41.376)	(82.752)	41.376	82.752
Impactos no resultado	506.547	(541.865)	(1.019.391)	734.348	1.594.221

⁽ⁱ⁾ O cenário provável para os instrumentos financeiros derivativos representa o saldo atual de marcação a mercado.

O cenário provável considera as projeções das taxas de juros, elaborada por consultoria especializada e também pelo Branco Central do Brasil, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
CDI	6,33%	7,91%	9,49%	4,75%	3,16%
TJ462	7,75%	9,44%	11,13%	6,06%	4,38%
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	5,06%	3,38%
IPCA	4,02%	5,00%	6,00%	3,00%	2,00%
FED FUNDS	2,25%	2,81%	3,28%	1,69%	1,13%

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor de mercado das *Senior Notes* com vencimento em 2018, 2023 e 2027 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo (nota 18) é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2017, de 99,75 % (95,68% em 31 de dezembro de 2016), 101,93 % (96,05% em 31 de dezembro de 2016) e 108,46%, respectivamente, do valor nominal de face.
- O valor justo dos Bônus Perpétuos cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (nota 18) é baseado em seu preço de mercado cotado como 31 de dezembro de 2017 de 102,02% (100,03% em 31 de dezembro de 2016) do valor de face das obrigações em 31 de dezembro de 2017.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 18.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Anualmente, a Companhia avalia o risco de crédito de suas contrapartes e um eventual impacto no valor justo de dívidas e derivativos. Na maioria dos casos, dado que a Companhia é tomadora de empréstimos, o resultado, além de imaterial, reduz o seu passivo.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de default.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
			31/12/2017			31/12/2016		
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Aplicações em fundos de investimento	1.849.820	3.203.907	-	1.849.820	-	-	3.203.907	-
Títulos e valores mobiliários	700.035	371.167	-	700.035	-	-	371.167	-
Outros ativos financeiros	1.686.718	70.487	346.716	1.340.002	-	70.487	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.052.105	747.411	-	1.052.105	-	-	747.411	-
Total	5.288.678	4.392.972	346.716	4.941.962	-	70.487	4.322.485	-
Passivo								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.891.007)	(3.813.467)	-	(3.891.007)	-	-	(3.813.467)	-
Contraprestação contingente ⁽ⁱ⁾	(116.542)	(166.807)	-	-	(116.542)	-	-	(166.807)
Instrumentos financeiros derivativos	(114.531)	(283.541)	-	(114.531)	-	-	(283.541)	-
Total	(4.122.080)	(4.263.815)	-	(4.005.538)	(116.542)	-	(4.097.008)	(166.807)

- (i) A avaliação da contraprestação contingente considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando o cenário mais provável de receitas e do EBITDA projetado, que por sua vez determinam a capacidade de geração de caixa. Os inputs significativos não observáveis são a previsão da taxa de crescimento anual da receita, previsão da margem do EBITDA e a taxa de desconto de 13% ajustada ao risco.

Hedge accounting

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações que ambos os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.534.072	(146.697)	1.387.375
Amortização dos juros	(86.149)	(66.204)	(152.353)
Valor justo	199.676	(39.714)	159.962
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.647.599	(252.615)	1.394.984

Em maio de 2017 a controlada indireta COMGAS designou a contabilização de *hedge accounting* de valor justo para o seu contrato de empréstimo “Debêntures 5ª emissão”. Utilizando operações com derivativos, a COMGAS protegeu seu fluxo de caixa futuro, trocando o risco de juros atrelados ao IPCA por percentuais do CDI.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais sobre o capital investido.

32 Obrigações de benefícios pós-emprego

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Futura	44.431	43.401
Futura II	1.237	163
COMGÁS	439.791	397.916
	485.459	441.480

Plano de pensão

Contribuição definida

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida a todos os empregados. Os ativos do plano são mantidos pelos planos Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar (“Futura II”), e Plano de Aposentadoria COMGÁS – PLAC. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições das patrocinadoras para os planos totalizam R\$ 100 (R\$ 88 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Passivo atuarial

Benefício definido

Plano de benefício definido saldado, cujos participantes ativos possuem um benefício saldado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que leva a Companhia a adotar como provisão o valor presente dos benefícios, e que os participantes assistidos recebem renda vitalícia pelo plano. Os principais riscos atuariais são:

- (i) a sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade;
 - (ii) a rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IGP-DI; e
 - (iii) a composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.
- A Companhia contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- **Futura:**

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade S.A. (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 3.896 (R\$ 4.571 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A duração média ponderada da obrigação é de 11,32 anos. Em 2018 a controlada espera fazer contribuição no montante de R\$ 4.051 em relação ao seu plano de benefício definido.

- **COMGÁS:**

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 22.796 (R\$ 23.588 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A duração média ponderada da obrigação é de 13,7 anos.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigação de benefício definido inicial	830.585	654.329
Custo dos serviços correntes	271	238
Juros sobre obrigação atuarial	86.138	84.017
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	72.223	(2.340)
Benefícios pagos	(56.128)	(55.648)
Obrigação de benefício definido final	902.786	732.897
Valor justo inicial dos ativos do plano	(388.142)	(361.026)
Receitas de juros	(40.577)	(45.453)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(16.634)	(9.151)
Contribuições do empregador	(3.896)	(4.572)
Benefícios pagos	33.332	32.060
Valor justo final dos ativos do plano	(415.917)	(388.142)
Superávit (déficit) do exercício	486.869	344.755
Passivo líquido de benefício definido	486.869	344.755
Despesa total reconhecida no resultado:		
	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(271)	(238)
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(46.312)	(39.892)
	(46.583)	(40.130)

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	31/12/2017	31/12/2016
Montante acumulado no início do exercício	252.473	116.430
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(7.865)	94.070
Ganhos e perdas atuariais decorrentes ativos maior que a taxa de desconto	(1.845)	51.124
	(16.634)	(9.151)
Montante acumulado no final do exercício	226.129	252.473

Os ativos do plano são compostos dos seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	408.347	98,18%	364.659	93,95%
Renda variável	3.411	0,82%	19.407	5,00%
Outros	4.159	1,00%	4.075	1,05%
	415.917	100,00%	388.141	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e outras informações, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	Futura		COMGÁS	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto	9,55%	10,84%	9,52%	10,83%
Taxa de inflação	4,00%	4,50%	4,00%	4,50%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	7,12%	7,64%
Futuros aumentos de pensão	4,00%	4,50%	4,00%	4,50%

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,5%	-0,5%
Futura	(21.739)	23.800
Futura II	(93)	98
COMGÁS	(27.459)	30.977

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

33 Pagamento baseado em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações em vigor. O primeiro “Plano de Opção de Compra de Ações” prevê a distribuição de opções de compra de ações a administradores e funcionários da Companhia e controladas. O segundo “Plano de Remuneração Baseado em Ações” prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. Em ambos os casos, o direito de compra de opções ou recebimento de ações dá-se após o cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração, por opção deste, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

a) Stock Option

O plano de opção de compra de ações contempla ações de emissão da Companhia até o limite de 5% do total de ações. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

A quantidade de opções outorgadas no plano de opção de compra de ação é determinada pelo Conselho de Administração ou Comitê específico, com preço de exercício das opções equivalente ao valor médio do preço de fechamento da ação nos últimos trinta pregões da B3 anteriores à data de outorga (“grant date”). O preço de exercício é atualizado mensalmente pela variação do Índice Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) entre a data de outorga e o mês anterior ao envio da notificação de exercício da opção pelo beneficiário.

O período de aquisição e a posição das opções outorgadas em aberto são demonstrados a seguir:

Programas de opção	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$ ⁽ⁱⁱ⁾
				Opções outorgadas	Opções exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Option									
18/08/2011 - Tranche A	1 a 7	12,39%	31,44%	4.825.000	(4.417.000)	408.000	22,80	23,31	6,80
18/08/2011 - Tranche B	1 a 12	12,39%	30,32%	5.000.000	(2.000.000)	3.000.000	22,80	23,31	8,15
12/12/2012 - Tranche C	1 a 7	8,78%	31,44%	700.000	(420.000)	280.000	38,89	42,33	10,10
24/04/2013	5 a 7	13,35%	27,33%	970.000	(110.000)	860.000	45,22	48,31	17,95
25/04/2014	5 a 7	12,43%	29,85%	960.000	(70.000)	890.000	39,02	39,14	15,67
31/08/2015	5 a 7	14,18%	33,09%	759.000	(85.000)	674.000	19,96	18,90	7,67
				13.214.000	(7.102.000)	6.112.000			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Expectativa de exercício – representa o prazo esperado para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade – a Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Dividendos esperados – os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações. Os dividendos esperados, utilizados nos modelo de precificação Black-Scholes, para as concessões do exercício foi de 3,80%.

Taxa de juros isenta de risco – a Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na B3 na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Foi reconhecido o montante de R\$5.972 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima. (R\$ 8.369 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016)

b) Stock Grant

1. Cosan S.A Indústria e Comércio

O plano de remuneração baseado em ações, por sua vez, prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações. O valor das ações distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior a outorga.

Em 27 de abril de 2017 e 31 de julho de 2017, dois novos planos de pagamento baseado em ações foi aprovado em Assembleia da subsidiária Cosan S.A, que passou a vigorar a partir da outorga.

Foram garantidas 274.000 e 298.107 ações do Plano de Remuneração Baseado em Ações, que serão transferidas integral e gratuitamente após 5 anos, a contar da aprovação da outorga, em quantidade eventualmente ajustada – os dividendos pagos no período poderão, a critério exclusivo da Companhia, ser convertidos em novas ações, condicionado ao período de carência, nos termos de cada programa de outorga de ações.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações foi utilizada a metodologia Black and Scholes. Dadas às características do Plano, o valor justo equivale ao valor da ação na data da outorga (R\$ 32,11 e R\$ 36,06).

O período de aquisição e a posição das ações outorgadas em aberto são demonstrados a seguir:

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$(ⁱⁱ)
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Grant									
27/04/2017	5	15,00%	32,75%	274.000	(30.000)	244.000	32,11	32,11	32,11
31/07/2017	5	15,00%	33,70%	298.107	(28.100)	270.007	36,06	36,06	36,06
				572.107	(58.100)	514.007			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Foi reconhecido o montante de R\$3.855 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima.

2. Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS

Em 20 de abril de 2017 e 08 de dezembro de 2017, foram aprovados em Assembleia dois novos modelos de remuneração baseada em ações na subsidiária Comgás, que passou a vigorar a partir da outorga.

Foram outorgadas 61.300 e 97.780 ações do Plano de Remuneração Baseado em Ações, que serão transferidas integralmente após 5 anos, a contar da aprovação da outorga, em quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período, condicionado ao exercício das funções do beneficiário na Companhia, nos termos de cada Programa de outorga de ações.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações foi utilizada a metodologia Black and Scholes. Dadas às características do Plano, o valor da ação na data da outorga (R\$ 37,29 e R\$36,37).

Foi reconhecido o montante de R\$856 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativo à apropriação dos planos divulgados no quadro acima. Não houve cancelamentos e exercícios no período

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2017			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2017	Valor justo na data de outorga - R\$(i)
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 31/12/2017			
Stock Grant									
20/04/2017	5	12,16%	27,20%	61.300	-	61.300	47,80	-	37,29
08/12/2017	5	10,09%	30,00%	97.780	-	97.780	54,25	-	36,37
				159.080	-	159.080			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

c) *Movimentação da remuneração*

O número e a média ponderada dos preços de exercício das opções dos programas da Companhia são os seguintes:

	Quantidade de opções Stock Option	Quantidade de ações Stock Grant	Quantidade total dos planos	Preço de exercício médio ponderado
31 de dezembro de 2016	7.978.000	-	7.978.000	29,05
Outorgadas	-	572.107	572.107	36,06
Canceladas	(461.000)	(49.894)	(510.894)	
Exercidas	(1.405.000)	(8.206)	(1.413.206)	23,19
31 de dezembro de 2017	6.112.000	514.007	6.626.007	29,84

As opções/ações existentes em 31 de dezembro de 2017 possuem um preço de exercício entre R\$ 18,90 a R\$ 48,31 (2016: R\$ 19,31 a R\$ 47,82) e A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de dezembro de 2017 era de 2,6 (3,4 anos em 2016). A média ponderada dos preços na data de exercício, para opções de compra de ações exercidas em 2017, foi de R\$ 29,84 (2016 R\$ 29,05).

34 Eventos subsequentes

34.1 Cessão de créditos

Em 31 de janeiro de 2018 foi recebido o montante de R\$ 1.340.000 referente a cessão de crédito a terceiros descrita na (nota 12).